

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE: Nº 129.079
ENTIDADE: FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO ACRE
NATUREZA: CONTROLE EXTERNO
OBJETO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017.
RESPONSÁVEL: JOSÉ DE ANCHIETA BATISTA
RELATOR: CONS. ANTONIO JORGE MALHEIRO

ACÓRDÃO Nº. 11.877/2020

PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO ACRE, EXERCÍCIO DE 2017. CONTAS REGULAR COM RESSALVA. NOTIFICAÇÃO DO INTERESSADO.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, na 1403ª Sessão Plenária Ordinária Virtual, **por unanimidade**, nos termos do **voto do Conselheiro-Relator: 1)** *Por julgar **REGULAR COM RESSALVA**, nos termos do artigo 51, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93 a Prestação de Contas do Fundo de Previdência Social do Estado do Acre, exercício de 2017, sob responsabilidade do Sr. **José de Anchieta Batista**, valendo como ressalva a necessidade de um Plano para alinhar a situação do déficit atuarial do Fundo Previdenciário; 2)* *Por dar ciência da decisão e da situação atual do fundo aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Presidente da Assembleia Legislativa, Presidente do Tribunal de Justiça e Procuradora Geral de Justiça do Estado; 3)* *Pela notificação do interessado para conhecimento da decisão; e 4)* *Após, pelo arquivamento dos autos.*

Rio Branco – Acre, 21 de maio de 2020.

Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**
Presidente do TCE/AC

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**
Relator

Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**

Conselheira **Dulcinéa Benício de Araújo**

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**

Fui presente:

João Izidro de Melo Neto
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE Nº 129.079
ENTIDADE : FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO ACRE
NATUREZA : CONTROLE EXTERNO
OBJETO : PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017.
RESPONSÁVEL: JOSÉ DE ANCHIETA BATISTA
RELATOR : CONS. ANTONIO JORGE MALHEIRO

RELATÓRIO

1. Trata o presente processo da Prestação de Contas do Fundo de Previdência Social do Estado do Acre, exercício de 2017, de responsabilidade do Sr. José de Anchieta Batista.
2. A presente Prestação de Contas foi encaminhada **tempestivamente** a esta Corte de Contas em 30 de abril de 2018, acompanhada da documentação pertinente.
3. A Lei Estadual nº 3.205/2016, que aprovou o orçamento do Fundo Estadual de Previdência Social para o exercício de 2017, estimou a receita e fixou a despesa em **R\$ 454.188.406,14** (quatrocentos e cinquenta e quatro milhões cento e oitenta e oito mil quatrocentos e seis reais e catorze centavos). Em decorrência da abertura de créditos suplementares e anulações, o valor inicial foi alterado para **R\$ 765.265.244,77** (setecentos e sessenta e cinco milhões duzentos e sessenta e cinco mil duzentos e quarenta e quatro reais setenta e sete centavos).
4. A despesa executada alcançou o montante de **R\$ 764.463.386,31** (setecentos sessenta e quatro milhões quatrocentos sessenta e três mil trezentos e oitenta e seis reais e trinta e um centavos), enquanto que a receita realizada totalizou **R\$ 764.608.215,43** (setecentos e sessenta e quatro milhões seiscentos e oito mil duzentos e quinze reais e quarenta e três centavos), ocasionando um superávit orçamentário no importe de **R\$ 144.829,12** (cento e quarenta e quatro mil oitocentos e vinte e nove reais e doze centavos). O saldo transferido para o exercício seguinte foi de **R\$ 3.628.410,77** (três milhões seiscentos e vinte e oito mil quatrocentos e dez reais e setenta e sete centavos).

5. Às fls. 145/151, em sua análise, a 1ª Inspetoria emitiu relatório onde constatou que, no exercício, o déficit atuarial foi na ordem de **R\$ 2.651.786.860,81** (dois bilhões seiscientos e cinquenta e um milhões setecentos e oitenta e seis mil oitocentos e sessenta reais e oitenta e um centavos), bem como apontou a existência de um déficit atuarial acumulado ao longo dos exercícios anteriores, que soma a importância de **R\$ 14.147.642.362,83** (catorze bilhões cento e quarenta e sete milhões seiscientos e quarenta e dois mil trezentos e sessenta e dois reais e oitenta e três centavos), tendo a área técnica ressaltado a ausência de plano de amortização ou outra ação objetivando garantir a sustentabilidade financeira do Regime, pelo que sugeriu a citação do gestor para prestar esclarecimentos quanto às inconsistências ora apontadas.

6. Devidamente citado às fls. 155/157, o Gestor permaneceu inerte, conforme certidão emitida pela Secretária das Sessões à fl. 159 dos autos.

7. O MPC, através de sua ilustre Procuradora, Dra. Anna Helena de Azevedo Lima, pronunciou-se às fls. 171/173.

É o Relatório.

Rio Branco-AC, 21 de maio de 2020.

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**
Relator

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE Nº 129.079
ENTIDADE : FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO ACRE
NATUREZA : CONTROLE EXTERNO
OBJETO : PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017.
RESPONSÁVEL: JOSÉ DE ANCHIETA BATISTA
RELATOR : CONS. ANTONIO JORGE MALHEIRO

CONCLUSÃO E VOTO

Em face dos dados apresentados nos autos, verifica-se que após regular instrução processual, foi constatado o déficit atuarial do Fundo de Previdência Social do Estado do Acre, durante o exercício de 2017, no importe de **R\$ 2.651.786.860,81** (dois bilhões seiscentos e cinquenta e um milhões setecentos e oitenta e seis mil oitocentos e sessenta reais e oitenta e um centavos), acumulando assim um déficit atuarial ao longo dos exercícios anteriores de **R\$ 14.147.642.362,83** (catorze bilhões cento e quarenta e sete milhões seiscentos e quarenta e dois mil trezentos e sessenta e dois reais e oitenta e três centavos).

Quanto ao Plano de amortização ou outra ação, objetivando garantir a sustentabilidade financeira do Regime, nos autos nº 21.682.2016-40, que trataram de Auditoria Operacional dos Regimes Próprios de Previdência Social, instituídos pelo Estado do Acre (ACREPREVIDÊNCIA) e pelo Município de Rio Branco (RBPREV), foi proferido o Acórdão nº 10.573/2017, no qual foi determinada a elaboração de plano de ação, acompanhado de cronograma para adoção das medidas necessárias ao cumprimento das determinações e implementação das recomendações, ou de adoção de outras ações alternativas que resultassem nos propósitos almejados.

Assim, por meio dos autos nº 24.533.2018-80, foi apurada a conduta do então ex-Gestor do ACREPREVIDÊNCIA acerca do cumprimento do *decisum* desta Corte e prolatado o Acórdão nº 11.161/2019, no qual foi afastada a multa prevista, apesar do gestor não ter apresentado o devido planejamento e o envio de plano de ação, com o cronograma acerca das providências a serem adotadas, em face de se reconhecer que o gestor do Instituto do Acreprevidência é mero executor da legislação

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

que o rege, a qual por vezes não levou em consideração os efeitos das regras que lhe foram destinados.

Desta feita, conforme decisões proferidas nos Acórdãos nºs 11.663/2019-Plenário e 11.799/2020-Plenário, referentes às Prestações de Contas de 2016 e 2018, respectivamente;

VOTO:

*1) Por julgar **REGULAR COM RESSALVA**, nos termos do artigo 51, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93 a Prestação de Contas do Fundo de Previdência Social do Estado do Acre, do exercício de 2017, sob responsabilidade do Sr. **José de Anchieta Batista**, valendo como ressalva a necessidade de um Plano para alinhar a situação do déficit atuarial do Fundo Previdenciário.*

2) Por dar ciência da decisão e da situação atual do fundo aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Presidente da Assembleia Legislativa, Presidente do Tribunal de Justiça e Procuradora Geral de Justiça do Estado.

3) Pela notificação do interessado para conhecimento da decisão.

4) Após, pelo arquivamento dos autos.

É como Voto.

Rio Branco-AC, 21 de maio de 2020.

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**
Relator